

III Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social

27-29 de maio de 2019

UFPEL – Pelotas

**Pensando a família como um dos pontos de intersecção entre o neoliberalismo e o conservadorismo**

Rayani Mariano dos Santos<sup>1</sup>

Sr. Presidente, em nome da minha família, em nome do meu Estado de Mato Grosso, em nome do Brasil, em nome do povo cristão, que detesta a corrupção, o meu voto é “sim”.

Já dizia Olavo de Carvalho, na década de 90, que o PT daria no Brasil PT — Perda Total. (GALLI, 2016).<sup>2</sup>

Eu quero, também, para tranquilizar o mercado, dizer que serão mantidas todas as garantias que a direção do Banco Central hoje desfruta para fortalecer sua atuação como condutora da política monetária e fiscal. (...)

E o que nós queremos fazer agora, com o Brasil, é um ato religioso, é um ato de religação de toda a sociedade brasileira com os valores fundamentais do nosso País. (TEMER, 2016).<sup>3</sup>

Ideias liberais de um lado e uma agenda de costumes, de valores, de família, do outro. (...)

O presidente ganhou a eleição dizendo “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” e o Paulo Guedes dizendo que vai privatizar. Foi essa agenda que ganhou a eleição. (GUEDES, 2019).<sup>4</sup>

Os trechos acima são representativos de fatos relevantes que ocorreram no Brasil nos últimos anos: o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016; a posse do vice, Michel Temer, no mesmo ano; a vitória de Jair Bolsonaro para a presidência em 2018 e a formação de seu governo e o início da implementação de seu programa, com a agenda econômica centralizada no Ministério da Economia, chefiado por Paulo Guedes, sócio fundador de um dos maiores bancos de investimento do país, com doutorado na Escola de Chicago. Nesses trechos, em diferentes graus, questões como autonomia do Banco Central, privatização, família e religião parecem se conectar em direção a uma pauta conservadora aliada a uma agenda neoliberal.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Voto do deputado federal Professor Victório Galli (PSC-MT) na sessão deliberativa ordinária de 17 abr. 2016 que autorizou a instauração de processo contra a presidenta por crime de responsabilidade.

<sup>3</sup> Discurso de posse do então presidente Michel Temer (PMDB) em 12 maio 2016.

<sup>4</sup> Entrevista com o ministro da Economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, em 10 mar. 2019.

Com o neoliberalismo, a perspectiva de privatização de bens e serviços públicos aumenta, e as famílias se tornam cada vez mais individualizadas e responsabilizadas pela reprodução da vida. Concomitante a essa situação, conservadores mobilizam a “defesa da família” como argumento para suas posições contrárias aos direitos das mulheres e dos homossexuais. Além disso, como observado nos trechos de discursos que iniciam esse artigo, a família é mobilizada em momentos relevantes que têm propiciado o aprofundamento do neoliberalismo no país – no impeachment e na campanha de Jair Bolsonaro.

O neoliberalismo e o (neo)conservadorismo<sup>5</sup> são tratados por diferentes autoras como racionalidades distintas (BROWN, 2006; COOPER, 2017; LACERDA, 2018), que poderiam convergir em determinados momentos. Neste trabalho, o objetivo é discutir o contexto recente brasileiro, buscando analisar as conexões entre essas duas racionalidades e argumentando que a família é um aspecto central para se compreender essas vinculações. Utilizo o termo conservadorismo e não neoconservadorismo por compreender que há pressupostos do pensamento conservador que permanecem ao longo do tempo e que talvez o termo neoconservadorismo possa trazer uma interpretação diferente da ideia de continuidade. Pretendo argumentar que é a conexão do neoliberalismo com o conservadorismo que traz novidades e altera as consequências provocadas por ambas racionalidades.

O artigo está organizado em outras duas seções e nas considerações finais. Na próxima, discuto o contexto brasileiro, apontando uma certa aproximação entre o conservadorismo e o neoliberalismo, buscando também discutir teoricamente essas racionalidades. Na terceira seção, discuto mais especificamente a vitória de Bolsonaro, argumentando que ela representa a união entre o neoliberalismo e o conservadorismo, e que a família é um elemento relevante nessa conexão.

### **Contexto brasileiro e a aproximação entre conservadorismo e neoliberalismo**

Ainda em 2014, quando houve eleições para presidência, governadores/as, deputados/as e senadores/as, e Dilma Rousseff (PT) venceu com uma pequena diferença de seu oponente Aécio Neves (PSDB), as notícias eram de que o Congresso mais conservador havia sido eleito desde a redemocratização (DIAP, 2014). Na época, Boulos (2016 [2014]) escreveu um artigo na Folha de São Paulo falando sobre a ascensão de uma onda

---

<sup>5</sup> Brown (2006), Cooper (2017) e Lacerda (2018) utilizam o termo neoconservadorismo e não conservadorismo. Para Brown (2006), o que faz do novo conservadorismo diferente do antigo conservadorismo é a afirmação aberta do poder estatal moralizado na esfera doméstica e internacional. Por novo conservadorismo social, Cooper (2017) se refere ao espectro dos movimentos conservadores que emergiram no final dos anos 1960, em resposta a um mesmo conjunto de preocupações que mobilizaram os neoliberais. Ela explica que inclui nesse guarda-chuva o movimento neoconservador, a nova direita religiosa formada por católicos e evangélicos, o novo paternalismo de Lawrence Mead, e o movimento comunitarista no Estado de bem-estar social. E Lacerda (2018, p. 35) argumenta que o neoconservadorismo “é um ideário conservador e de direita, e sua peculiaridade reside na centralidade que atribui às questões relativas à família, à sexualidade e à reprodução e aos valores cristãos”.

conservadora na política brasileira presente ao menos desde 2013 que representava uma virada à direita. Almeida (2018) também utiliza a expressão “onda conservadora”, se referindo ao processo de tentativas de restrição e perda de direitos conquistados após a democratização, com a Constituição de 1988. Teóricos que estão tentando compreender o que está acontecendo no Brasil nos anos recentes falam de onda conservadora, neoconservadorismo, volta da direita, nova direita. Não há consenso na literatura sobre qual termo e articulações explicariam com maior clareza esse contexto, mas com a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, esse conservadorismo parece ter se fortalecido ainda mais.

Edmund Burke é considerado o fundador do conservadorismo moderno (COUTINHO, 2014; SOARES, 2014; SOUZA, 2016), tendo importância por sua “primazia cronológica” e sobrevivência temporal, já que seus argumentos ainda seriam úteis para o pensamento e ação política contemporâneos (COUTINHO, 2014). Burke escreveu em 1790 a obra *Reflexões sobre a Revolução na França*, sendo, de acordo com Huntington (1957), um liberal, *Whig*, e conservador, porque cem anos após John Locke ainda tentava preservar as instituições de 1689.

Segundo Huntington (1957), há um consenso entre os estudiosos do conservadorismo de que os elementos básicos do pensamento de Burke correspondem às características fundamentais do conservadorismo, que seriam as seguintes: (1) O homem é basicamente um animal religioso, sendo a religião a base da sociedade civil; (2) A sociedade é o produto natural do lento crescimento histórico; (3) O homem é uma criatura de instinto, emoção e razão. A prudência, o preconceito, a experiência e o hábito são melhores guias que a razão, a lógica, as abstrações e a metafísica; (4) A comunidade é superior ao individual; (5) Com exceção de um sentido moral final, os homens são desiguais; (6) Uma presunção existe em favor de qualquer esquema estabelecido de governo contra qualquer projeto não experimentado.

Alguns aspectos trazidos por Huntington (1957) como básicos do conservadorismo podem ser observados de forma bastante clara na obra de Burke (2014), como a importância da religião, apontada como “a base da sociedade e a fonte de todo bem e de todo consolo” (BURKE, 2014, p. 109). Scruton (2015) discorda da ideia de que a religião é uma força essencialmente conservadora, mas argumenta que há uma incontornável relação entre a atividade política e a crença em Deus. “É o fato de possuírem essa crença o que permite às pessoas desviarem seus mais poderosos descontentamentos da perniciosa esperança de mudar as coisas para uma esperança mais pacífica de serem um dia redimidas da necessidade de fazê-lo” (SCRUTON, 2015, p. 267). Ou seja, a importância da religião, para Scruton, estaria em contribuir para que os indivíduos se contentem com as condições de vida que possuem, sendo um instrumento importante para que desigualdades e opressões não sejam questionadas.

Há no pensamento conservador uma defesa muito explícita das desigualdades, como na passagem a seguir: “nenhuma designação, poder, função, ou qualquer instituição artificial que seja, é capaz de fazer os homens que compõem algum sistema de autoridade serem algo diferente daquilo que Deus, a natureza, a educação e seus hábitos de vida lhes fizeram” (BURKE, 2014, p. 61). Scruton (2015, p. 223) também aborda a ideia de que os indivíduos são diferentes e admite “que o conservadorismo implica a manutenção da hierarquia e a tentativa de representar o fato desagradável da desigualdade como uma forma de ordem natural e mútua”. Em distintos autores, elementos como natureza, tradição, desigualdade, religião, são combinados e defendidos.

Coutinho (2014) indaga se é somente pelo temor da perda que os conservadores valorizam as tradições que sobreviveram aos diferentes “testes do tempo”. E responde que é justamente essa sobrevivência ao longo do tempo que demonstra a qualidade e validade dessas tradições, e a necessidade de protegê-las. A ideia defendida é que o fato de terem sobrevivido ao longo do tempo seria uma prova de que essas instituições seriam úteis e benignas. Porém, em nenhum momento o autor busca discutir os motivos que levam algumas instituições a permanecerem e não serem transformadas. No parágrafo subsequente ao que Coutinho (2014) trata de tradições, ele argumenta que os conservadores não buscam conservar tudo, apenas arranjos tradicionais que acarretam em uma vida melhor – que não poderá ser desfrutada por todos.

[O] conservador não é estranho a situações de pobreza e exclusão que impedem muitos seres humanos de beneficiar do patrimônio moral e institucional de uma sociedade. Porém, retomando o argumento de Kekes, a única forma de estender futuramente esse patrimônio aos mais desfavorecidos não significa, logicamente, destruí-lo. Significa, antes pelo contrário, preservá-lo (e [...] às vezes reformá-lo) de modo que as gerações vindouras possam ter “uma casa, e não uma ruína” (COUTINHO, 2014, p. 59-60).

Chama atenção o fato de ele discutir pobreza e exclusão logo depois de tradição, como se elas também fossem naturais e devessem ser preservadas. A defesa e/ou naturalização das desigualdades pelos conservadores é um dos elementos que os aproximam do neoliberalismo. Segundo Brown (2015), no neoliberalismo, os seres humanos são transformados em capitais humanos e isso traz diversas consequências, como a normalização das desigualdades.

Nos parágrafos anteriores apresentei brevemente alguns dos pressupostos defendidos pelos conservadores, como o apelo à tradição, natureza, religião, desigualdades, autoridade etc. Além desses aspectos, o conservadorismo é também definido como uma ideologia posicional. Para Huntington (1957), o conservadorismo defende a tradição e apela à história, mas não tem tradição nem história. As pessoas se direcionam ao conservadorismo pelo choque dos eventos, pelo sentimento de que a sociedade ou a instituição que eles

aprovam e se sentem conectados pode deixar de existir (HUNTINGTON, 1957). E para Coutinho (2014), a capacidade de reação é central para se entender o conservadorismo como uma ideologia posicional. Nesse artigo, o termo conservadorismo se refere a uma racionalidade, de um lado, reativa em relação a transformações na sociedade que alteraram, por exemplo, as relações de gênero e os arranjos familiares; e, por outro, uma racionalidade que possui determinados pressupostos.

A vitória de Jair Bolsonaro é representativa da racionalidade conservadora porque ao longo de sua carreira política ele se destacou por sua defesa à ditadura militar e à tortura – mostrando seu apreço pela autoridade e negação da democracia; e, principalmente a partir da década de 2010, por suas posições contrárias a mulheres, população LGBT e negros – grupos que têm seus direitos negados historicamente com base na natureza, tradição, religião etc., e que vinham conquistando direitos importantes a partir da redemocratização e também com a chegada do PT ao poder. Em outras palavras, é possível dizer que Bolsonaro reagiu a certos direitos conquistados por mulheres, negros e LGBT's – capitaneando apoio a partir dessas posições preconceituosas, e usando muitas vezes a “defesa” da família como justificativa para essas posições; e também mobilizou ao longo de sua trajetória política valores conservadores.

Quando, ainda candidato à presidência, Bolsonaro transferiu todas as decisões econômicas a Paulo Guedes (ÉPOCA, 2018), o neoliberalismo se juntou ao conservadorismo do candidato, inaugurando uma nova fase da política brasileira que há poucos anos atrás era difícil de prever. A questão não é a novidade do conservadorismo e do neoliberalismo na sociedade brasileira, mas o fato de se expressarem abertamente, de se aproximarem e se fortalecerem de forma conjunta.

O termo neoliberalismo é utilizado por diferentes autoras/es para se referir muitas vezes a questões diferentes. Fraser (2015, p. 175), por exemplo, utiliza a expressão “capitalismo financeiro” para designar o regime atual capitalista como uma ordem social institucionalizada; e o termo “neoliberalismo” para designar um complexo ideológico que apresenta o regime capitalista financeiro como natural, eficiente, justo e gerador de prosperidade. Araújo e Bresser-Pereira (2018) utilizam o termo capitalismo neoliberal, caracterizando-o “como a variante do liberalismo econômico na era da globalização. Para Anderson (1995), o neoliberalismo surgiu como uma reação teórica e política contra o Estado de bem-estar social e intervencionista.

Brown (2015) argumenta que o neoliberalismo é mais conhecido como promulgando um conjunto de políticas econômicas relativas ao princípio do livre mercado. Isso inclui desregulação das indústrias e dos fluxos de capital; redução radical das provisões do Estado de Bem-Estar Social e proteções para os vulneráveis; privatização e terceirização dos bens públicos; substituição de impostos progressivos por regressivos; fim da distribuição de renda

como políticas econômica e social; conversão de todo desejo ou necessidade humana em uma empresa rentável; e, mais recentemente, financeirização de tudo e aumento do domínio do capital financeiro sobre o produtivo nas dinâmicas da economia e da vida cotidiana. Porém, ao invés de compreender o neoliberalismo como uma série de políticas estatais, uma fase do capitalismo, ou uma ideologia que liberou o mercado para restaurar os lucros para a classe capitalista, a autora explica que se junta a Michel Foucault<sup>6</sup> e outros para conceituar o neoliberalismo como uma ordem de razão normativa que, quando se torna ascendente, toma a forma de uma racionalidade governamental levando uma formulação específica dos valores econômicos, práticas e métricas a todas as dimensões da vida humana. Ou seja, a questão, para Brown (2015), é que a racionalidade neoliberal dissemina o modelo de mercado para todos os domínios, configurando a existência das pessoas como atores do mercado e sempre como *homo oeconomicus*<sup>7</sup>.

Segundo Filgueiras (2006), o neoliberalismo chegou no Brasil depois dos outros países da América Latina devido à dificuldade de conciliar os interesses das diferentes “frações do capital” relacionadas ao Modelo de Substituição de Importações e pela forte atividade política dos trabalhadores na década de 1980 – período em que a CUT, MST e PT foram criados. Na visão do autor, essa mobilização dos trabalhadores contribuiu para que as diferenças entre as frações do capital fossem diluídas, se unindo em torno de um projeto neoliberal. Mesmo assim, houve uma união em torno do projeto neoliberal que possibilitou a vitória de Fernando Collor de Melo nas primeiras eleições diretas após a ditadura, em 1989; e depois de Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e 1998. Depois, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, a agenda neoliberal não foi substituída, mas uma orientação distributiva foi colocada em prática, junto com ações de movimentos sociais no âmbito do Estado (MATOS; BIROLI, 2018).

Assim como o neoliberalismo não é um fenômeno recente no Brasil, o conservadorismo também não, e sua força aqui é representada principalmente por atores religiosos que buscam barrar ou restringir direitos de mulheres e da população LGBT, sendo um dos principais argumentos a “defesa” da família. Levando em consideração apenas as últimas décadas, é possível apontar, primeiramente, a organização de atores religiosos e/ou conservadores com o objetivo de impedir que a nova Constituição abarcasse o direito ao aborto. A Constituição não estabeleceu a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção

---

<sup>6</sup> A discussão de Foucault que Brown (2015) está se referindo é *The Birth of Biopolitics: Lectures at the Collège de France, 1978-1979*.

<sup>7</sup> O que caracteriza o *homo oeconomicus* para Foucault é o fato de ele ser guiado pelo interesse, porém Brown (2015) argumenta que o interesse não captura a subjetividade do sujeito neoliberal contemporâneo, pois ele é tão profundamente integrado e conseqüentemente subordinado ao objetivo maior do crescimento macroeconômico que o seu próprio bem-estar é facilmente sacrificado em nome de propósitos maiores. Na visão da autora, a insistência de que há somente atores de mercado racionais em todas as esferas humanas da existência é nova e revolucionária na história do Ocidente.

– como demandavam os religiosos, mas também não ampliou os casos de aborto legal. A única mudança na legislação foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal – permitindo o aborto nos casos de fetos anencéfalos, e a discussão sobre esse direito segue até os dias atuais. No debate sobre aborto, a mobilização da família já aparece como um dos argumentos utilizados para defender a posição contrária a esse direito (SANTOS, 2015).

Em 2007 foi criada a Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida (outras frentes contrárias ao aborto haviam sido criadas, mas essa é a primeira com a palavra família), presidida pelo deputado evangélico Rodovalho (DEM/DF) que, no discurso de lançamento da frente, disse: “A Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida está profundamente comprometida com os valores da família e dos princípios cristãos: dizer não ao aborto, motivo de marcha que realizamos há 2 dias: dizer não ao casamento de pessoas do mesmo sexo (...)” (Deputado Rodovalho (DEM/DF), 2007, p. 22995-22996).

Nos anos seguintes, deputados conservadores, principalmente evangélicos e católicos, conseguiram se organizar de forma cada vez mais bem-sucedida na Câmara dos Deputados, alcançando vitórias relevantes, como a derrota do PL 1.135/91 que propunha a descriminalização do aborto em 2008. Em 2011, pressionaram o governo federal para que a produção de um material contra a homofobia que seria enviado para escolas fosse interrompida. O material ficou conhecido como “kit gay” e a articulação para barrá-lo mostrou que deputados evangélicos e católicos não estavam se organizando apenas contra os direitos das mulheres, mas também estavam unidos contra os direitos da população LGBT. Vital e Lopes (2013) entrevistaram para sua pesquisa Damares Alves, hoje ministra no governo de Jair Bolsonaro e na época assessora da Frente Parlamentar Evangélica, que contou que pessoas ligadas aos “Pró-Vidas Evangélicos e Católicos” iniciaram as articulações em torno do chamado “kit gay”.

Foi na mesma época do episódio do kit anti-homofobia que a articulação entre parlamentares religiosos e outras bancadas com interesses distintos pareceu se intensificar. A votação do Código Florestal em 2011 é um exemplo do estreitamento entre a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e a bancada ruralista (VITAL; LOPES, 2013). Mais recentemente, o termo Bancada BBB (bala, boi e bíblia) ganhou popularidade, indicando as articulações entre esses três grupos que não possuem necessariamente os mesmos interesses, mas têm atuado de forma conjunta em algumas pautas.

Em 2014, foi eleito o Congresso mais conservador dos últimos anos no Brasil, sendo mais liberal do ponto de vista econômico que o anterior, contando com a redução da bancada sindical e aumento da bancada empresarial, e a eleição de mais uma centena de parlamentares ligados à bancada evangélica e/ou da segurança (DIAP, 2014). As conexões entre as bancadas evangélica, ruralista e da segurança são um dos indícios da aproximação entre as racionalidades neoliberal e conservadora no Brasil no período mais recente.

Outro momento em que essa conexão parece ter ficado mais clara foi na eleição do deputado evangélico Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para a presidência da Câmara dos Deputados em 2015. Representando interesses da Bancada BBB, Cunha criou comissões especiais para analisar projetos de interesse dessas bancadas, como o Estatuto da Família (PL 6.583/2013), o projeto de diminuição da maioria penal (PEC 171/1993) e o projeto que transfere para o Congresso a responsabilidade de demarcação de terras indígenas (PEC 215/00). Além disso, ele foi um dos principais responsáveis pela aprovação do projeto que transforma homicídios de policiais em crimes hediondos (PL 8504/2017) e defendeu a terceirização das atividades-fim (LACERDA, 2018). Cunha também autorizou o prosseguimento do processo de impeachment contra Dilma Rousseff, em dezembro de 2015.

Em abril de 2016, deputados/as federais decidiram que o processo de impeachment iria prosseguir por 367 contra 137 votos. Cada deputado manifestou seu voto e entre os que apoiavam o golpe parlamentar, a palavra “família” foi mencionada 117 vezes (ALMEIDA, 2018). Causou estranheza a mobilização dessa instituição, já que o suposto crime que a presidenta estava sendo acusada, as “pedaladas fiscais”, não tinha qualquer relação com as famílias e foi mencionado apenas oito vezes por parlamentares favoráveis ao impeachment. As notas taquigráficas da sessão de 17 de abril de 2016 mostram que a expressão “minha família” foi mencionada 92 vezes; enquanto a palavra “família” no total foi citada em 156 ocasiões, tanto por parlamentares contrários ao impeachment quanto por deputados favoráveis.

Com o afastamento de Dilma Rousseff, o vice Michel Temer (PMDB) assumiu a presidência, período que ficou marcado principalmente pela implementação de medidas neoliberais, mas também pelo conservadorismo. Quando assumiu a presidência, Temer formou um governo de homens brancos, e indicou para a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres Fátima Pelaes, que havia sido deputada federal entre 1991 e 2015 e era presidenta do PMDB Mulher. Pelaes ganhou destaque na mídia durante seu mandato como secretária por estar realizando cultos evangélicos na sede da secretaria em Brasília.

Como lembrado por Machado (2018), a primeira reunião oficial do presidente foi com a bancada evangélica. Além disso, em 2017, em discurso pelo dia internacional da mulher, sua posição sobre as mulheres ficou clara: “Tenho absoluta convicção (...) do quanto a mulher faz pela casa, pelo lar. Do que faz pelos filhos. E, se a sociedade de alguma maneira vai bem e os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada formação em suas casas e, seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher” (MERREIRO, 2017). O discurso demonstra a visão de família tradicional defendida por conservadores que argumentam pelos papéis tradicionais de gênero – com as mulheres responsáveis pelo cuidado e serviços domésticos, e pela permanência das desigualdades entre homens e mulheres.

Além desse aspecto conservador, o governo de Temer foi responsável pela implementação de dois retrocessos relevantes: a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) e a Emenda Constitucional (EC) 95/2016. A Reforma Trabalhista estabeleceu o acordo coletivo com força de lei, o trabalho intermitente, a possibilidade de gestantes trabalharem em locais insalubres e retirou a obrigatoriedade do imposto sindical. Já a EC 95 estabeleceu que as despesas primárias não podem crescer anualmente acima da inflação, congelando, dessa forma, os gastos públicos (excetuadas as despesas financeiras) por 20 anos.

A discussão de Foucault (2008) sobre como Friedrich Hayek<sup>8</sup> diferenciou um plano econômico da ideia de Estado de direito, ou legislação econômica formal, pode ser útil para a compreensão de como a EC 95 se insere na racionalidade neoliberal. Um plano teria um objetivo, como o crescimento econômico ou um tipo de investimento; poderia ser alterado ou corrigido se o objetivo não fosse alcançado; e o poder público teria o papel de tomar decisões. No plano, o “grande tomador de decisões estatais (...) é o sujeito universal de saber na ordem da economia” (FOUCAULT, 2008, p. 237). Por outro lado,

diz Hayek, se quisermos fazer o Estado de direito funcionar na ordem econômica, deverá ser o contrário. Ou seja, o Estado de direito terá a possibilidade de formular certo número de medidas de caráter geral, mas que deverão permanecer inteiramente formais, isto é, nunca deverão se propor um fim particular (...)

[E]ssa concepção do Estado de direito na ordem econômica exclui, no fundo, que haja um sujeito universal de saber econômico que poderia, de certo modo, pairar acima do conjunto dos processos, definir fins para eles e substituir esta ou aquela categoria de agentes para tomar esta ou aquela decisão. (FOUCAULT, 2008, p. 237-238).

Partindo dessa diferenciação, talvez seja possível levantar a hipótese de que a EC 95 estaria mais próxima da ideia de legislação econômica formal defendida por Hayek. No momento em que a PEC estava sendo discutida, Laura Carvalho argumentou que a medida iria engessar a política econômica ao vincular os gastos à inflação. “Para que servem o Congresso, o Ministério da Fazenda e o Planejamento se, independente do crescimento econômico, você já está fixando o tamanho do Orçamento público?” (CARVALHO, 2016 apud BRANCO, 2016). A PEC foi aprovada pelo Congresso com o argumento de que era necessário resolver o sistema fiscal brasileiro e que a aprovação traria confiança ao mercado. Na discussão, o que prevaleceu foram os números, em detrimento do bem-estar das pessoas.

Brown (2015) argumenta que com o neoliberalismo, a incumbência do Estado se tornou exclusivamente o crescimento econômico, a competitividade global, e a manutenção de uma taxa de crédito forte. Seguindo Foucault, ela argumenta que o neoliberalismo não é sobre o Estado deixar a economia sozinha. O neoliberalismo ativa o Estado em prol da

---

<sup>8</sup> Foucault (2008), ao tratar do surgimento do neoliberalismo na Alemanha, Áustria e Estados Unidos, indica que Hayek e Von Mises foram os responsáveis por intermediar o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano, produzindo o anarcoliberalismo da Escola de Chicago.

economia, não para assumir funções econômicas ou intervir nos efeitos econômicos, mas para facilitar a competição e o crescimento econômicos e a economização do social, ou, como Foucault diz, para “regular a sociedade pelo mercado” (BROWN, 2015).

Sem utilizar as palavras capitalismo ou neoliberalismo, mas “sociedade comercial”, o conservador Coutinho (2014) discorda que esta, através do livre-comércio, provoca tensões na sociedade tradicional colocando princípios e instituições em risco. O autor argumenta que Margaret Thatcher mostrou que é possível articular a defesa conservadora da “sociedade comercial” sem contradições. Assim como uma das funções do governo é respeitar a natureza humana, que inclui a natural propensão para negociar com o objetivo de melhorar as condições; o conservadorismo também deve respeitar a natureza dos homens, que inclui a participação em um sistema no qual as escolhas são “naturais e livres” (COUTINHO, 2014, p.87). Para o autor, além das vantagens materiais da “sociedade comercial”, esta também é eticamente superior.

Coutinho (2014) argumenta também que não é razoável culpar o mercado por comportamentos eticamente reprováveis com o objetivo de tirar a culpa dos indivíduos. O autor aponta que as famílias, escolas e igrejas têm responsabilidade na formação moral das pessoas, e “o que somos dentro do mercado depende do que fomos (e somos) fora dele” (COUTINHO, 2014, p. 93). É importante chamar atenção para o papel que é colocado para as famílias e que aparece com bastante frequência no debate brasileiro relacionado à família. Parlamentares conservadores argumentam que “a família é a base moral da sociedade”, que ela tem prevalência em relação a todas as instituições. Mas eles frequentemente se calam quando o assunto são as dificuldades que as famílias enfrentam para sobreviver e arcar com quase todas as responsabilidades relacionadas à reprodução da vida sozinhas.

Além disso, Coutinho (2014) argumenta que uma “sociedade comercial” precisa de condições institucionais para existir e permanecer. Citando Jerry Muller, ele afirma que o Estado seria a instituição mais importante para garantir a “sociedade comercial”, porque ele garante a paz e a ordem, a infraestrutura e a justiça que defende a propriedade privada.

Por último, e em homenagem a um conservador heterodoxo como Hayek, não é função de um governo transformar uma “ordem espontânea”, como o mercado, numa “organização”, sujeita aos “comandos” abusivos (e usualmente apedeutas) de uma elite dogmática. Não apenas por motivos de eficiência econômica. Mas porque não compete ao poder político a autoridade de decidir centralmente escolhas livres de seres humanos livres que procuram apenas “melhorar a sua condição”, participando no mercado sob o império da lei” (COUTINHO, 2014, p. 102).

Nota-se que a defesa de Coutinho (2014) da “sociedade comercial” e do papel do Estado nessa sociedade se assemelha ao que Brown (2015) argumenta sobre o neoliberalismo. Já para o neoconservadorismo, o Estado e a legislação seriam responsáveis por estabelecer a direção moral religiosa para a sociedade (BROWN, 2006). Brown (2006)

argumenta que o moralismo, o estatismo e o autoritarismo do neoconservadorismo é profundamente ativado pela racionalidade neoliberal, mesmo que o neoconservadorismo busque limitar e suplementar alguns elementos dos efeitos neoliberais, e mesmo que as duas racionalidades não sejam concordantes. Na visão da autora, os efeitos desdemocratizantes do neoliberalismo prepararam o terreno para os aspectos autoritários da governança neoconservadora, sendo a mobilização política do discurso religioso um importante incentivador/fertilizante. Para Brown (2006), a população interpelada religiosamente, e um maior apagamento da linha entre cultura religiosa e política, e entre discurso político e teológico, facilita a recepção das forças desdemocratizantes do neoconservadorismo e do neoliberalismo. Com a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, essas duas racionalidades parecem ter chegado ao poder juntas.

### **A família como um dos elos entre o conservadorismo e o neoliberalismo**

Scruton (2014) afirma que o apoio e a proteção da família são questões centrais para um conservador e este só deve aceitar alterações nas legislações sobre família que afrouxem as responsabilidades da vida familiar quando for estritamente necessário. O autor também defende que a família está sendo enfraquecida e nada de bom está sendo colocado em seu lugar. A questão da família não é colocada por Huntington (1957) como um dos elementos característicos do conservadorismo presentes na obra de Burke (2014), apesar de essa instituição ser citada em alguns momentos de sua obra. Apesar de também não ter merecido tanto destaque em outras obras conservadoras, como a de Coutinho, a família é uma das principais instituições que os conservadores buscam preservar atualmente. As mudanças nas relações de gênero, nos casamentos, no mercado de trabalho etc. transformaram e continuam transformando as famílias e são contra essas transformações que muitos conservadores se colocam.

No Brasil, a família é mobilizada principalmente por conservadores. As principais religiões do país, católica e evangélica, se destacam na mobilização e “defesa” dessa instituição nos moldes tradicionais. Sobre a Igreja Católica, Luna (2010) chama a atenção para a Pastoral Familiar da CNBB, que teria uma atuação limítrofe entre o espaço privado e o espaço público. Ao mesmo tempo em que se preocupa com aspectos da formação católica no âmbito familiar, atua no mundo público procurando representar “a família como o grupo social que une a formação da fé nessas duas esferas” (LUNA, 2010, p. 92). Já em relação aos evangélicos, a partir de entrevistas com lideranças pentecostais, Machado (2013, p. 52) aponta que predomina no meio pentecostal a visão “de que o fenômeno da globalização incrementou as ameaças à família tradicional cristã e, conseqüentemente, amplificou os riscos de desestruturação moral da sociedade brasileira como um todo”. Além disso, a autora explica

que os temas de maior interesse dos pentecostais na agenda política são: a família, a defesa da vida humana e a liberdade religiosa.

Recentemente, duas proposições relacionadas às famílias estiveram em discussão na Câmara dos Deputados, o Estatuto da Família (PL 6.583/2013) e o Escola sem Partido (PL 7.180/2014). O primeiro busca restringir a definição de família a casais heterossexuais e seus/suas descendentes, e foi aprovado em Comissão Especial em 2015. O segundo pretende estabelecer os princípios de um movimento maior, chamado Escola sem Partido, que pode ser caracterizado como um “movimento conservador que busca mobilizar princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a oposição a partidos políticos de esquerda e de origem popular” (MACEDO, 2017). Há no site do MESP os “Deveres do professor”, em que consta, entre outros: respeitar o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral de acordo com as suas convicções. Há uma busca por defensores do movimento de reforçar a autoridade familiar.

Para Scruton (2015, p. 70), a família é uma unidade social que tem em comum com a sociedade civil a característica de não ser contratual, tendo surgido da necessidade natural e não da escolha. Segundo o autor:

Uma criança é o que é em virtude da vontade de seus pais e, conseqüentemente, eles têm a obrigação inalienável de formá-la e de influenciar o desenvolvimento dela. Nesse mesmo processo está o poder, e faz-se necessário um poder estabelecido, uma vez que ele já reside com o pai desde o primeiro momento em que a criança está no mundo. Ora, há uma noção segundo a qual toda criança não apenas tem necessidade de que seus pais exerçam esse poder, mas também exigirá que eles o façam, por estimar a proteção deles. Não pode haver um ato de amor a uma criança (e nenhum ato de amor) que não seja, em primeiro lugar, um exercício de poder estabelecido (SCRUTON, 2015, p. 71).

Além de considerar a desigualdade dentro das famílias algo desejável e natural, Scruton (2015) advoga pela desigualdade entre as pessoas, mobilizando as famílias para argumentar que elas sempre exercerão influência no sentido de formar cidadãos de maneiras distintas. Para Scruton (2015), isso não seria um problema e nunca seria possível acabar com a desigualdade porque mesmo que as crianças fossem criadas de forma igual elas nasceriam com diferenças em relação à inteligência e isso naturalmente traria desigualdade.

Cooper (2017) observou no caso estadunidense nos anos 1970 que, apesar de o neoliberalismo e o neoconservadorismo poderem ser diametricamente opostos, na questão dos valores familiares eles revelaram uma afinidade surpreendente. Sendo Hayek considerado um dos principais intelectuais formadores do neoliberalismo, e Burke o fundador do conservadorismo moderno, o fato de Hayek (1983) ter afirmado que a posição que ele defende seria chamada mais adequadamente de whiguismo, do que de liberalismo, fornece pistas de que a aproximação entre o conservadorismo e o neoliberalismo pode não ser tão nova ou restrita a contextos específicos.

Sobre as relações entre conservadorismo e neoliberalismo, não há um consenso na literatura em relação às semelhanças, convergências ou divergências entre essas duas racionalidades. Em 2006, Wendy Brown escreveu um ensaio discutindo os pontos de intersecção do neoliberalismo e do neoconservadorismo, mas considerando-os como racionalidades distintas. Mais recentemente, Brown (2018) alterou sua posição. Ela argumenta que, tanto encará-las como distintas, quanto caracterizar o neoliberalismo como economizando todas as esferas de existência (BROWN, 2015), deixam de lado aspectos cruciais da revolução neoliberal de Ronald Reagan e de Margaret Thatcher. Esses aspectos, diz Brown (2018), teriam sido orientados por Hayek e pela Escola do Ordoliberalismo, além da Escola de Chicago, com o objetivo de fazer com que o mercado e a moralidade tradicional governassem e disciplinassem os indivíduos, ao mesmo tempo em que a liberdade e a desdemocratização do Estado fossem maximizadas.

Não há uma resposta definitiva a respeito da relação entre essas duas racionalidades, se o conservadorismo e neoliberalismo convergem ou se o neoliberalismo possui desde a sua formação aspectos relevantes do conservadorismo. Mas independente desse problema teórico, considero que no momento atual brasileiro há uma conexão relevante entre conservadorismo e neoliberalismo. Com a vitória de Jair Bolsonaro em 2018 e sua chegada ao poder, a conexão dessas racionalidades, com a família entre elas, ficou mais evidente.

De um lado, Bolsonaro criou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e, de outro, o Ministério da Economia. A escolhida para chefiar o ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é Damares Alves, advogada e pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular, a ministra trabalhou como assessora parlamentar de políticos ligados à Frente Parlamentar Evangélica antes de ser indicada para o novo cargo. Em seu discurso de posse<sup>9</sup>, no dia 3 de janeiro de 2019, Damares deu algumas pistas sobre seu mandato. Ela disse que quando fala em vida, está se referindo à vida desde a concepção, e que “[s]angue inocente não será mais derramado nesse país”. Além disso, ela afirmou que “[n]ão podemos mais pensar política pública que não fortaleça o vínculo familiar”. A ministra também disse que “um dos desafios desse atual governo é acabar (uau) com o abuso da doutrinação ideológica”. Uma de suas frases que mais causou controvérsia foi a de que “Neste governo, menina será princesa e menino será príncipe. Tá dado o recado”. O discurso de Damares Alves dialoga com questões como aborto, “ideologia de gênero” e família.

O outro ministério criado por Bolsonaro é o Ministério da Economia. O que ocorreu foi uma fusão dos ministérios da Fazenda, Planejamento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e parte do Ministério do Trabalho. Entre as sete secretarias especiais do novo ministério, chama atenção a de Desestatização e Desinvestimento. O ministro é Paulo

---

<sup>9</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_3PnpeqadFQ](https://www.youtube.com/watch?v=_3PnpeqadFQ)>; Acesso em 19 maio 2019.

Guedes, um dos fundados do Instituto Millenium e também do banco de investimentos Pactual e do Grupo BR Investimentos. Tendo realizado seu doutorado na Escola de Chicago, conhecida por ser um dos berços do neoliberalismo.

Em entrevista a um veículo francês, Guedes contou que foi ele quem buscou Bolsonaro apresentando seus serviços. Segundo o economista, ele disse ao candidato que cuidaria do progresso, enquanto Bolsonaro cuidaria da ordem (OGIER, 2019). Em março de 2019, Guedes afirmou em entrevista ao jornal Estadão que a democracia está funcionando em paralelo à agenda de costumes. “O presidente ganhou a eleição dizendo “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” e o Paulo Guedes dizendo que vai privatizar. Foi essa agenda que ganhou a eleição” (GUEDES, 2019). Na mesma entrevista, Guedes defendeu acabar com a desvinculação das despesas da União, argumentando que os políticos têm que controlar 100% do orçamento. Talvez um pouco diferente do que MacLean (2017) falou sobre o fato de que intelectuais e empresários que começaram a se articular para influenciar toda a política estadunidense a partir dos anos 1950 buscavam a discrição porque sabiam que a população não iria apoiar suas ideias, no Brasil atual, Paulo Guedes não está tentando esconder suas ideias neoliberais de acabar com os direitos da Constituição de 1988.

Em 1984, no discurso de encerramento da reunião da Sociedade de Mont Pelerin, Hayek disse: “Devemos retornar a um mundo em que não apenas a razão, mas a razão e a moral, como parceiros iguais, devem governar nossas vidas”<sup>10</sup>. MacLean (2017) explica que os membros da Sociedade inicialmente se denominaram como “neoliberais”, buscando mostrar que estavam remodelando as ideias pró-mercado do século XIX, mas que hoje a palavra é utilizada por críticos de suas consequências. Além disso, a autora recorda que alguns deles também não queriam se apresentar como “liberais clássicos” ou “liberais dos séculos XVIII e XIX”, porque economistas clássicos como Adam Smith e John Stuart Mill eram grandes defensores do ensino público, o que não correspondia aos interesses dos membros da Sociedade de Mont Pelerin, que, na falta de outros termos, se declaravam de direita e contrários à esquerda. Com o argumento de que a desigualdade era positiva, e até imprescindível, o objetivo da Sociedade “era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p. 1)

Para Brown (2015), mais do que simplesmente assegurar os direitos do capital e estruturar a competição, a razão jurídica neoliberal reformula os direitos políticos, a cidadania, e o próprio campo da democracia em um registro econômico. A ideia disseminada pelos meios de comunicação no Brasil e tomada como verdade absoluta de que o mercado deve recuperar

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://c59574e9047e61130f13-3f71d0fe2b653c4f00f32175760e96e7.ssl.cf1.rackcdn.com/FF1AB6C707734EA895EC45EEC417D3F8.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

sua confiança no governo e que o fim último do Estado é o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mesmo que isso signifique a intensificação da precariedade das pessoas, o fim da proteção dos idosos (com a reforma da previdência), a diminuição de investimentos públicos em saúde e educação, é um exemplo dessa reformulação de todos os âmbitos da vida em direção a um registro econômico.

Quando o *homo oeconomicus* se torna normativo em todas as esferas, e a responsabilização e apreciação do capital humano se tornam a verdade governante em todos os âmbitos da vida, há duas possibilidades para as mulheres na divisão sexual do trabalho: ou elas alinham sua conduta com essa verdade, se tornando *homo oeconomicus*, caso em que o mundo se tornaria inabitável; ou continuam desempenhando as tarefas reservadas historicamente a elas (BROWN, 2015). Segundo a autora, como provedoras de cuidado para outros nos lares, escolas e locais de trabalho, as mulheres permanecem como a estrutura invisível para o desenvolvimento, amadurecimento e esgotamento de crianças, adultos, deficientes e idosos.

Brown (2015) explica que a responsabilização diferenciada das mulheres formulada como efeito da natureza e não de relações de poder não é nova e a questão é saber se a subordinação de gênero é intensificada ou fundamentalmente alterada pelo neoliberalismo. A autora argumenta que sim, há intensificação e alteração das desigualdades de gênero. A intensificação ocorre através do encolhimento, privatização e/ou desmantelamento da infraestrutura pública de suporte às famílias, crianças e aposentados. Tal infraestrutura inclui escolas, transporte público, programas de qualidade na primeira infância e após a escola, educação, pensões públicas, parques nas vizinhanças, segurança social etc. Quando essas provisões públicas são eliminadas ou privatizadas, o trabalho e/ou custo de fornecê-las é retornado para os indivíduos, desproporcionalmente para as mulheres. Dessa forma, a “responsabilização” em um contexto de privatização de bens públicos penaliza as mulheres na medida em que elas continuam desproporcionalmente responsáveis por aqueles que não podem se responsabilizar por si mesmos. Nesse sentido, o familismo é um requisito essencial, mais do que uma característica incidental da privatização neoliberal dos bens e serviços públicos. (BROWN, 2015).

Segundo Brown (2015), a persistente responsabilidade das mulheres para fornecer cuidado de todo tipo, dentro e fora de casa, significa que elas necessitam da infraestrutura social visível que o neoliberalismo tenta destruir através da privatização e, ao mesmo tempo, são a infraestrutura invisível que sustenta um mundo de suposto autoinvestimento de capitais humanos.

Para Brown (2015), o neoliberalismo não só privatiza o que era formalmente apoiado publicamente e valorizado. Ele formula tudo e em todos os lugares em termos de investimento de capital e apreciação, incluindo, especialmente, as pessoas. É possível levantar a hipótese

de que a privatização das famílias está relacionada ao individualismo predominante no qual cada família é responsável por si e não tem nenhuma responsabilidade pelos outros e pelas outras famílias. Pelo contrário, em um contexto em que a lógica predominante é a de investimento pessoal, cada família investe nos seus integrantes.

Tronto (2013) discute justamente o fato de o neoliberalismo ser um sistema ético que postula como importante apenas a responsabilidade individual. A autora explica que o problema com a responsabilidade pessoal é quando ela é vista como a única responsabilidade que importa. Quando isso acontece, há a suposição de que os pontos iniciais e finais das vidas de todas as pessoas são os mesmos, e por isso poderíamos cobrar o mesmo grau de responsabilidade de todos. Dessa perspectiva, a responsabilidade pessoal, segundo a autora, seria antidemocrática porque não considera os efeitos que grandes níveis de desigualdades terão nos indivíduos e na vida pública. O caráter antidemocrático também se apresenta na suposição de que todas as instituições sociais possuem a mesma forma como um mercado ideal que seria neutro e não teria passado, limites ou preocupações. Mas Tronto (2013) explica que o mercado não é neutro, ele beneficia os que já estão em uma posição favorável e prejudica quem não está.

No meio das duas visões que dominam o governo Bolsonaro, o conservadorismo e o neoliberalismo, representados pelos dois ministérios citados anteriormente, estão as pessoas e suas famílias. Aparentemente, podem parecer visões distintas e até conflitantes, mas elas estão representadas conjuntamente no governo atual. Ao cortar investimentos na educação pública; ao propor uma reforma da previdência que aumenta o tempo de trabalho e a idade mínima ao mesmo tempo em que diminui o valor das pensões; ao defender o fim da desvinculação dos gastos com saúde e educação; ao vetar aumento real do salário mínimo; ao não tomar medidas para combater o desemprego de 13 milhões de brasileiros; o governo Bolsonaro obriga as famílias pobres a recorrerem ao mercado financeiro para conseguirem sobreviver. Ao mesmo tempo em que difunde um discurso de “valorização” e “defesa” da família, como quando declarou que o “Brasil não pode ser país do mundo gay, do turismo gay”, pois “temos famílias”.

### **Considerações finais**

Compreender o neoliberalismo como uma racionalidade ajuda na reflexão sobre o contexto atual brasileiro no qual, até recentemente, parlamentares conservadores mobilizavam a “defesa da família” para tratar de diferentes questões, mas principalmente as relacionadas com os direitos das mulheres, da população LGBT e, mais recentemente, com os currículos escolares. Porém, na maioria dos discursos relacionados à família não há menção a aspectos relacionadas à reprodução da vida dentro das famílias, às dificuldades que as famílias enfrentam, às desigualdades dentro e entre as famílias. Ou seja, há apenas

uma espécie de utilização da “defesa da família” sem a problematização de questões que poderiam estar mais associadas na visão corrente com o neoliberalismo.

Iniciei o artigo com trechos de discursos que considero representativos da conexão entre conservadorismo e neoliberalismo no Brasil. Os trechos mostram, em graus distintos, aspectos que seriam característicos dessas duas racionalidades, como a defesa da privatização, da autonomia do Banco Central, a defesa da família e da religião. De um lado, a família é mobilizada por conservadores no Brasil; de outro, a racionalidade neoliberal facilita a implementação de políticas e a aprovação de leis que dificultam as vidas das pessoas – sobrecarregando ainda mais as famílias. Essa mobilização da família por conservadores contribui para perpetuar a ideia de que as famílias devem ser fortalecidas, que elas são independentes e autossuficientes, que são as únicas legitimadas a terem posições morais respeitadas. Dessa forma, o corte de verbas, a destruição dos serviços públicos etc. podem afetar os trabalhadores, os estudantes, mas nunca afetam as famílias – que são tratadas no discurso conservador como entidades abstratas; e no discurso neoliberal, elas praticamente não são mencionadas – apesar de continuarem fornecendo, na medida do possível, o que o Estado não fornece mais.

Essa mobilização da família o tempo todo, além de reforçar a autoridade familiar e sua privatização, contribui para idealizar essa instituição, impedindo que outras formas de reprodução da vida possam ser sequer imaginadas. Como lembram Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo mina todas as condições do coletivo na sociedade. Isso é relevante porque, ao mesmo tempo, ao fortalecer a família tradicional, privatizada, auto-suficiente, conservadores reforçam a ideia de que o cuidado, a solidariedade, o afeto, têm lugar apenas no espaço privado das famílias. Então as famílias são fortalecidas em uma lógica neoliberal de falta de outros espaços coletivos, de socialização, de cuidado. Ao mesmo tempo, é um discurso de negação dos direitos das mulheres, porque ele visa reforçar a família como entidade, sem levar em consideração os direitos individuais de seus membros e as desigualdades dentro das famílias; e é um discurso de negação de arranjos alternativos de família, que incluem uniões homoafetivas e/ou famílias ampliadas.

## Referências

ALMEIDA, Ronaldo. “Deuses do parlamento: os impedimentos de Dilma”. In: **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**, eds. **Ronaldo Almeida and Rodrigo Toniol**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BOLSONARO, Jair. Posse de Bolsonaro: Leia a íntegra do discurso do novo presidente no Planalto. HuffPost. 1º jan. 2019. Disponível em:

<[https://www.huffpostbrasil.com/2019/01/01/posse-de-bolsonaro-leia-a-integra-do-discurso-do-novo-presidente-no-planalto\\_a\\_23631426/](https://www.huffpostbrasil.com/2019/01/01/posse-de-bolsonaro-leia-a-integra-do-discurso-do-novo-presidente-no-planalto_a_23631426/)>. Acesso em: 7 maio 2019.

BOULOS, Guilherme. A onda conservadora. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios do Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016 [2014].

BRANCO, Mariana. PEC dos gastos públicos não resolve desequilíbrio fiscal, diz economista. Agência Brasil, 11 out. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-10/economista-diz-no-senado-que-pec-dos-gastos-publicos-nao-resolve-o>>. Acesso em: 13 maio 2019.

BROWN, Wendy. *American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism and De-Democratization*. **Political Theory**, vol. 34, n. 6, dez. 2006.

BROWN, Wendy. *In the ruins of neoliberalism*. Palestra. UC Berkeley, set. 2018.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution**. New York; Zone Books, 2015.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França**. Trad.: José Miguel Nanni Soares. 1 ed. São Paulo: EDIPRO, 2014.

COOPER, Melinda. **Family values: between neoliberalismo and the new social conservatism**. New York: Zone Books, 2017.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

DARDOR, Pierre; LAVAL, Christian. Prefácio à edição brasileira. In: \_\_\_\_\_. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAP. *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019*. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Brasília, DF: DIAP, 2014.

ÉPOCA. Economista propõe Plano Liberal para Bolsonaro. *Época Negócio*. 12 fev. 2018. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/02/epoca-negocios-economista-propoe-plano-liberal-para-bolsonaro.html>>. Acesso em: 18 maio 2019.

FERNANDES; FUCS; AGOSTINI, 2019

Filgueiras, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO, Buenos Aires. Ago. 2006.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy. Legitimation Crisis? On the Political Contradictions of Financialized Capitalism. **Critical History Studies**, vol. 2, n. 2, 2015, p. 157-189.

GALLI, Victório. Sessão deliberativa ordinária de 17 abr. 2016. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/sessao-091-de-170416>>. Acesso em 9 maio 2019.

GUEDES, Paulo. Entrevista Estado de São Paulo. In: FERNANDES, Adriana; FUCS, José; AGOSTINI, Renata. 'Os políticos têm de controlar 100% do orçamento'. Entrevista com Paulo Guedes. Estado de São Paulo. 10 mar. 2019.

HAYEK, Friedrich A. Por que não sou um conservador. In: \_\_\_\_\_. **Os fundamentos da liberdade**. Ed. Visão, 1983.

HUNTINGTON, Samuel P. Conservatism as an Ideology. **The American Political Science Review**. Vol. 51, N. 2, jun. 1957, pp. 454-473.

LACERDA, Marina Basso. Neoconservadorismo: articulação pró-família, punitivista e neoliberal na Câmara dos Deputados. Tese de doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

LUNA, Naara. Aborto e células-tronco embrionárias na Campanha da Fraternidade. Ciência e ética no ensino da Igreja. **RBCS**, vol. 25, nº 74, out. 2010.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do Movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação & Sociedade**, vol. 38, núm. 139, abril-junio, 2017, pp. 507-524.

Machado, Maria das Dores Campos. "Religion and Moral Conservatism in Brazilian Politics". **Politics and Religion Journal**. 2018.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira. **Revista Cultura e Religião**, vol. 7, n. 2, p. 48-68, jun./dez. 2013.

MACLEAN, Nancy. **Democracy in chains**. New York: Penguin Random House LLC, 2017.

MATOS, Marlise; BIROLI, Flávia. Democracia, Estado e patriarcado: disputas em torno dos direitos e das políticas de gênero. In: HOLLANDA, Cristina Buarque de; VEIGA, Luciana Fernandes; AMARAL, Oswaldo E. do (org). **A Constituição de 88: trinta anos depois**. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

MERREIRO, Flávia. Temer reduz papel da mulher à casa e é alvo de protestos nas redes sociais. El País. 9 mar. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/08/politica/1489008097\\_657541.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/08/politica/1489008097_657541.html)>. Acesso em: 13 maio 2019.

OGIER, Thierry. Brésil: Guedes, le financier à la droite de Bolsonaro. Les Echos Week-end, 9 jan. 2019. Disponível em: <<https://weekend.lesechos.fr/business-story/enquetes/0600482860882-bresil-guedes-le-financier-a-la-droite-de-bolsonaro-2234929>>. Acesso em 10 fev. 2019.

SANTOS, Rayani Mariano dos. **O debate parlamentar sobre aborto no Brasil: atores, posições e argumentos**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), UnB, Brasília, 2015.

SCRUTON, Roger. **O que é conservadorismo**. Trad.: Guilherme Ferreira Araújo. 1 ed. São Paulo: É Realizações, 2015 [1980].

SOARES, José Miguel Nanni. Introdução. In: BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França**. Trad.: José Miguel Nanni Soares. 1 ed. São Paulo: EDIPRO, 2014.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênero conservadorismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 126, maio-ago. 2016, p. 360-377.

TEMER, Michel. Leia íntegra do discurso de posse do presidente interino Michel Temer. 12 maio 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770780-leia-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-interino-michel-temer.shtml>>. Acesso em 15 maio 2019.

TRONTO, Joan C. **Caring democracy: markets, equality, and justice**. Nova York e Londres: New York University Press, 2013.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2013.